



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas do **Município de Celorico da Beira**, as quais compreendem o Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2010 (que evidencia um total de activo líquido de 45.967.224,59 euros e um total de fundos próprios de 8.122.281,40 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 1.803.650,54 euros), a Demonstração de resultados consolidada do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Órgão Executivo a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto de entidades incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos e orçamentais adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. Excepto quanto às limitações descritas nos parágrafos **6.1.** a **6.3.** abaixo, o exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação de as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Órgão Executivo, utilizadas na sua preparação;



- a verificação das operações de consolidação;
- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.

5. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

RESERVAS

6. Foram verificadas as seguintes situações que constituíram reservas:

- 6.1. A contratação dos nossos serviços por parte do Município em data próxima da prestação das contas não nos permitiu obter evidência suficiente acerca da integralidade do inventário de bens móveis e imóveis de domínio público e privado, bem como da razoabilidade da valorimetria adoptada e dos valores dos custos e proveitos relacionados. Como tal, não nos podemos pronunciar quanto aos efeitos destas situações sobre as demonstrações financeiras consolidadas.
- 6.2. Por não terem sido confirmados externamente os saldos dos credores do Município, não nos pronunciamos sobre os saldos desta natureza nem quanto aos seus eventuais efeitos sobre as demonstrações financeiras consolidadas.
- 6.3. Não foram obtidas as respostas ao processo de circularização de bancos e advogados do Município. Pelo efeito, não nos pronunciamos quanto aos efeitos sobre eventuais responsabilidade, compromissos e contingências não divulgadas nas demonstrações financeiras consolidadas.

OPINIÃO

7. Em nossa opinião, excepto quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários caso não existissem as limitações descritas nos parágrafos 6.1. a 6.3., as referidas demonstrações financeiras apresentam, de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada do **Município de Celorico da Beira** em 31 de Dezembro



de 2010 e o resultado consolidado das suas operações no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o sector das Autarquias Locais.

ÊNFASE

8. Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para o Anexo que se encontra omissos algumas informações, destacando-se as das dívidas totais a terceiros que vençam nos quatro anos seguintes, a informação específica relativa aos critérios valorimétricos adoptados, a repartição o valor líquido do volume de negócios por categorias de actividades e a referência à dívida em mora à “ADSE” no montante de 803.499,91 € em resultado do reembolso de despesas de saúde dos seus funcionários.

Viseu, 20 de Junho de 2011

O Revisor Oficial de Contas



A. Figueiredo Lopes & Manuel Figueiredo, SROC n.º 85,

Representada por Alberto Henrique de Figueiredo Lopes, ROC n.º 710